

Líder, liderança



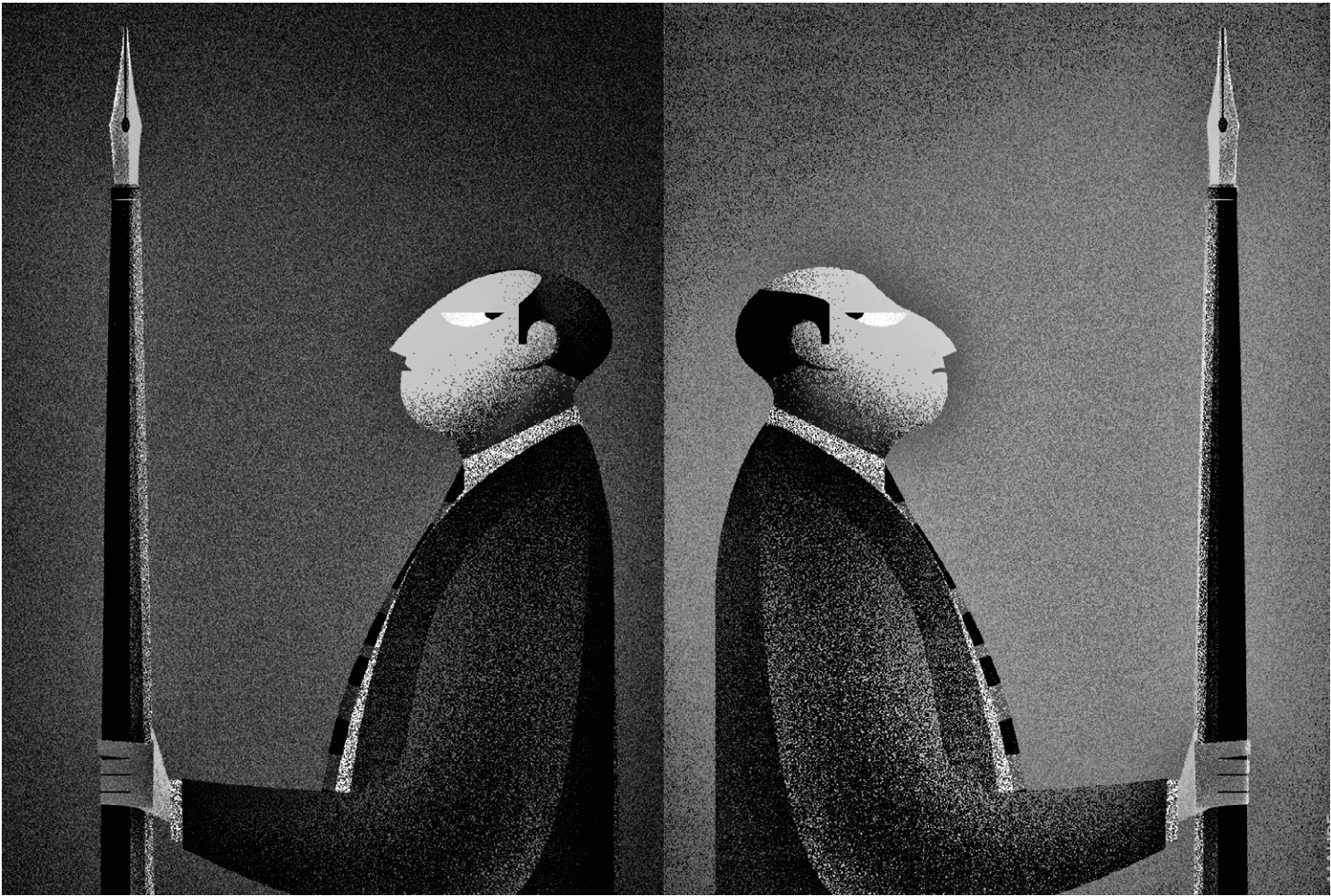
» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República, escritor e imortal da Academia Brasileira de Letras

Em 1958, eu, deputado federal no Rio de Janeiro (a sede da Câmara ainda era lá); e Afonso Arinos, líder da oposição ao governo de Juscelino Kubitschek, propôs o meu nome para vice-líder da UDN. Eu tinha apenas 28 anos, mas já construíra minha reputação combatendo o governo e exercendo uma presença forte em nossa bancada. A vice-liderança representa uma função de muita responsabilidade. Uma das principais tarefas confiadas aos vice-líderes consiste em emitir um parecer preliminar para orientar os deputados — servindo como recomendação oficial do partido para a bancada. Naturalmente, ouvíamos as bancadas estaduais, consultávamos os estatutos e o próprio líder — naquele tempo, o meu era Carlos Lacerda — sobre a orientação política. Todos, com disciplina, seguiam a orientação oficial. Quando alguém divergia e queria votar diferente, só o fazia depois de autorizado, após examinadas e aprovadas as razões de consciência. Quando eu era deputado em Brasília, já tendo deixado a vice-liderança, algumas vezes votei divergindo do partido, por razões de consciência, a favor de determinado projeto ou aprovação de nomes. Foi assim quando Santiago Dantas foi indicado para primeiro-ministro, no regime parlamentarista: pedi licença para

votar a favor, contrariamente à orientação da liderança — a exemplo do que fez Bilac Pinto, então presidente da UDN. Devidamente autorizados, assim o fizemos. Repito: somente após a autorização do partido, exatamente como determinava o estatuto. Tanto é verdade que o nosso líder, Adauto Lúcio Cardoso, disse certa vez a meu respeito: “Sarney nunca votou contra a orientação do partido; nas vezes em que divergiu, foi autorizado por nós. Ele é uma alta expressão da nossa bancada e construiu uma bonita história partidária”. Nessa época, eu era vice-presidente da UDN e muito fiel à agremiação. Ressalto isso para dizer que a democracia não existe sem partidos disciplinados e fortes. Quando os partidos não funcionam assim, a democracia se torna frágil. No Brasil até hoje não consolidamos a tradição de partidos verdadeiramente nacionais, condição que remonta aos tempos do Império, apesar da histórica divisão entre liberais e conservadores. No tempo da Primeira República, a política se dividiu em partidos regionais, fragmentando a composição partidária e dando lugar ao domínio das oligarquias estaduais. Esse sistema perpetuou as elites no poder e consolidou costumes nefastos para a democracia, como a fraude, o voto de cabresto, o voto aberto e o mapismo: práticas vergonhosas e condenáveis, que burlavam a real vontade popular. Essas práticas levaram à Revolução de 1930, articulada em aliança com os jovens tenentes, depois que Getúlio Vargas assumiu como programa o voto secreto, o fim das oligarquias e a ampliação do poder central em detrimento dos poderes estaduais.

Mesmo assim, o partido de âmbito nacional só veio a ser adotado em 1945, com a chamada Lei Agamenon Magalhães — então ministro da Justiça. A força remanescente das oligarquias estaduais tinha sido tão forte que retardou o cumprimento do maior dos objetivos da Revolução de 1930 — o fim dos partidos estaduais — até 1945, ou seja, por 15 anos! A grande crise política do Brasil é a desintegração dos partidos, vítimas da ausência de democracia interna. Após a exigência de legendas nacionais e o fim dos partidos regionais, o que se viu foi a personalização das siglas e seu fracionamento em alas — o que gera o desequilíbrio político atual. Conseguimos, na área econômica, a estabilização da moeda e a consciência nacional de que a inflação é injusta, inimiga do povo e incompatível com o equilíbrio democrático. Já o desequilíbrio político persiste e afeta a essência da democracia e o funcionamento do Congresso, a começar pelo Orçamento, hoje desintegrador do governo e fonte de corrupção. Lembremos que o controle do Orçamento foi o principal objetivo da afirmação do poder do parlamento na Revolução Gloriosa (assim chamada), de 1688, na Inglaterra. Hoje, ninguém respeita as lideranças, e os partidos estão entregues a uma desintegração que não permite nenhum consenso. A Espanha atingiu o seu equilíbrio político a partir do Pacto de Moncloa, que garantiu as bases necessárias para a consolidação da democracia, da monarquia constitucional e da rotatividade do poder. Vamos refletir mais sobre a urgente necessidade do nosso equilíbrio político e a sua principal consequência: o equilíbrio orçamentário.

Maurenilson Freire/CB/DA Press



O cinturão invisível: a força, os desafios e o futuro da agricultura familiar no DF



» EMANUEL MALTA
Economista, mestre em economia rural, MBA em gestão empresarial e doutorando em ambiente e desenvolvimento

No próximo 25 de julho, o Brasil celebra o Dia da Agricultura Familiar. A data costuma evocar uma imagem folclórica do interior: o pequeno produtor, a enxada e a lida sob o Sol. No Distrito Federal, porém, essa celebração ganha contornos urbanos, tecnológicos e desafiadores que passam despercebidos pela maioria dos moradores da capital. Por trás dos traços de Niemeyer e da burocracia governamental, pulsa um cinturão verde invisível e vital, responsável por garantir a segurança alimentar da terceira cidade mais populosa do país. No cenário nacional, a agricultura familiar é protagonista na oferta do que chega à mesa do brasileiro, respondendo por cerca de 70% dos alimentos frescos consumidos. No DF, a relevância não é menor: cerca de 75% dos produtores rurais pertencem à agricultura familiar. O dado mais impressionante é a eficiência territorial: ocupam apenas 5% da área agrícola utilizável, mas dominam o abastecimento de hortifrutí. Sem elas, o custo de vida e a inflação dos alimentos seriam significativamente maiores. Para compreender esse ecossistema, é preciso entender quem é o agricultor familiar candango. No Centro-Oeste, o imaginário do agro é dominado por latifúndios monocultores e safras de soja e milho voltadas à exportação. O DF opera em outra frequência. O módulo

fiscal é de apenas dois hectares. Estamos falando de minifúndios e agricultura periurbana, colada à cidade. O produtor do DF é altamente tecnificado, adepto da plasticultura, estufas automatizadas e irrigação por gotejamento, focado na produção intensiva de alto valor agregado, como morangos, folhosas, tomates e ovos caipiras. Apesar da eficiência técnica, o setor enfrenta gargalos históricos, a começar pela regularização fundiária. A ausência de escrituras definitivas nas terras geridas pela Terracap cria insegurança jurídica que afasta o produtor de linhas de crédito robustas. Essa vulnerabilidade se conecta ao maior desafio interno: a gestão do negócio. Historicamente informal e reativa, a administração das propriedades carece de profissionalização. Há dependência de editais governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Embora fundamentais, eles geram um modelo de gestão “que está sempre correndo atrás”. O fluxo de caixa fica refém do calendário escolar e da burocracia estatal, e o planejamento da lavoura é desenhado pelo edital, não pelo mercado. A assistência técnica da Emater-DF acaba funcionando como o único “gerente de planejamento” que essas famílias possuem. A superação desses gargalos passa por três pilares: cooperativismo, sustentabilidade e profissionalização da gestão. O cooperativismo tem sido o grande escudo gerencial do pequeno produtor. Cooperativas maduras em Brazlândia e Planaltina conseguem profissionalizar a gestão financeira, a logística e garantir escala para negociar com grandes redes e com a Ceasa-DF. Da porteira para fora, a cooperativa introduz a governança corporativa que falta na gestão familiar.

A proximidade com o consumidor brasileiro, dono de uma das maiores rendas per capita do país, abre um horizonte único para os “circuitos curtos” de comercialização. O DF tem o ambiente perfeito para liderar a transição para produtos orgânicos e com pegada regenerativa. O consumidor de Brasília está disposto a pagar mais por alimentos que valorizem o Cerrado, economizem água e reduzam a pegada de carbono. Uma nova geração de filhos de agricultores, muitos formados nas universidades de Brasília, já está no campo. Eles trazem ferramentas digitais de fluxo de caixa, controle de insumos e estratégias de venda direta por canais digitais, oxigenando o modelo de negócios. Vislumbro três alternativas viáveis e inovadoras. A primeira é a criação de um Selo Cerrado, com rastreabilidade via QR Code, conectando produtores ao mercado gastronômico e de alta renda de Brasília. A segunda é a estruturação de Parques de Agroturismo Tecnológico, usando a capilaridade do Senar e Sebrae para abrir fazendas como campos de testes de startups e experiências de consumo diretas. Por fim, o fortalecimento de parcerias com cooperativas de crédito, permitindo que os CDRUs (Concessão de Direito Real de Uso) sirvam de lastro para financiamentos tecnológicos de transição ecológica, contornando os gargalos do sistema bancário tradicional. Celebrar o Dia da Agricultura Familiar no DF não é romantismo; é o reconhecimento de um ativo econômico e ecológico estratégico. Garantir o direito à terra, apoiar a autonomia gerencial e fortalecer o cooperativismo não são apenas políticas agrícolas; são as garantias de que Brasília continuará a ter um futuro sustentável, resiliente e com alimento fresco na mesa.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960
Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

O salutar remédio da transparência

Entender e aceitar que a transparência é a mais importante ferramenta e um direito do consumidor ainda é uma das maiores deficiências dos planos de saúde. Trata-se, em linguagem atualizada, de uma governança dos sistemas de saúde que, em muitos casos, é deixada de lado. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que cuida dessa área, tem sob sua responsabilidade mais de 50 milhões de brasileiros que, em razão da precariedade da saúde pública, têm planos privados. De um lado, temos a ANS e, de outro, os custos operacionais das empresas. No meio dessa questão, estão os beneficiários que não param de recorrer à Justiça para obter atendimento adequado. Na outra ponta, entram também os hospitais, clínicas e laboratórios que buscam sempre maximização de receitas. Por si só, a regulação não consegue resolver essa intrincada situação, já que faltam investimentos e pessoal, e, normalmente, a agência é acusada de atender muito mais aos interesses das empresas de plano privado. O fato é que o atual modelo está esgotado. A crise econômica agrava ainda mais esse quadro, com empresas de planos ou falindo ou elevando progressivamente o número de beneficiários excluídos dos planos, sobretudo aqueles classificados como pacientes de alto custo, na sua maioria idosos. A Justiça tem sido o caminho natural para que muitos beneficiários desses planos assegurem seus direitos, o que demonstra que o sistema privado de saúde está também enfermo. Têm sido cada vez mais frequentes as queixas de pacientes que, embora sejam os destinatários do atendimento e os responsáveis, direta ou indiretamente, pelo custeio dos planos de saúde, não têm acesso à conta hospitalar detalhada apresentada pelos hospitais às operadoras. Essa falta de transparência impede que o usuário conheça os itens efetivamente cobrados, verifique a correção das despesas e exerça qualquer controle sobre os valores que, em última análise, poderão repercutir no custo do plano que financia. Sem acesso à discriminação das cobranças, o paciente permanece alheio à negociação entre hospitais e operadoras, mesmo sendo ele quem suporta, ao final, os impactos financeiros dessas despesas. Para essas empresas, a relação financeira fica restrita entre o hospital e o sistema de saúde ou planos, ou entre o sistema de saúde e o prestador de serviço. O paciente fica em terceiro plano. Em casos de cirurgia ou atendimentos mais complexos, o paciente não sabe quanto foi cobrado, quais materiais foram lançados na conta, quais medicamentos foram faturados ou que procedimentos extras foram autorizados. O que muitos teimam em negar é que a própria transparência poderia servir como prevenção de desperdícios e controle. Sem a devida transparência, o paciente pode ser cobrado por exames que não reconhece, materiais que não utilizou, procedimentos diferentes do realizado, medicações que não tomou, diárias que não existiram e uma infinidade de outras cobranças que são verdadeiros jabutis, plantados na conta final. O acesso à totalidade real das contas só acontece depois de muita peregrinação e auditorias, muitas vezes por força da justiça. Obviamente que, nessa barafunda toda, estão as informações médicas protegidas pela legislação de proteção de dados (LGPD). Nesse caso, a transparência financeira e o sigilo de informações têm que ser melhor equilibrados, já que, na verdade, há um equívoco relativamente comum: algumas instituições invocam a LGPD para restringir o acesso do próprio titular às suas informações, quando a lei faz justamente o contrário. A LGPD protege o titular contra terceiros, não contra ele mesmo. Para os especialistas nessa área sensível, é preciso, antes de tudo, a criação de uma espécie de portal de transparência da assistência com informações como atendimento realizado, hospital responsável, valores cobrados, valor pago, glosas ou valores recusados, auditorias realizadas, comparação de custos médios e todas as informações de interesse exclusivo dos pacientes. A questão é simples: se o beneficiário participa do financiamento do sistema, muitos com mensalidades caríssimas, ele deveria também participar do controle de despesas. É isso que a boa administração chama de accountability ou prestação de contas. Em um Estado de Direito, esses planos deveriam estar submetidos à mesma transparência da administração pública, embora se saiba que ainda estamos longe dessa meta. Pelo o que está descrito no papel, a ANS deveria desempenhar papel crucial em defesa dos interesses dos beneficiários de planos, cuidando de promover práticas justas e transparentes para todo o mercado de saúde suplementar em nosso país. Não é segredo para ninguém que, hoje, a ANS vem enfrentando sérios desafios tanto na regulação como na judicialização, além de restrições que afetam sua autonomia financeira e capacidade operacional. A verdade é que há muito ainda o que ser feito nessa área. O problema é que a saúde do indivíduo, o bem mais preciso de cada um, não pode esperar.

A frase que foi pronunciada:
“Nós queremos mais concorrência e, para isso, precisa haver transparência. São dois pilares: concorrência e transparência. O custo da saúde suplementar é um dos problemas: é repassado integralmente para o beneficiário.”
Marcelo Queiroga, então ministro da Saúde, durante audiência na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado, em 2022

História de Brasília
O que eles defendiam, o regime pelo qual lutavam não vem ao caso, mas não se deve pretensiosamente desmerecer um povo que construiu o que a União Soviética construiu. (Publicada em 24/5/1962)